



Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Centro de Educação- CEDU
Maceió - Alagoas - Brasil

RESILIÊNCIA E EMPREENDEDORISMO NA POLÍTICA EDUCACIONAL

BRASILEIRA: categorias para a construção ou a redução de projetos de vida?

Valci Melo (EMEIF Imaculada Conceição)
melovalci@gmail.com

Lavoisier Almeida dos Santos (EE Deputado Rubens Canuto)
lavoisierdealmeida@hotmail.com

RESUMO:

O texto analisa os efeitos de sentidos produzidos pelo uso dos termos/categorias resiliência e empreendedorismo na atual política educacional brasileira. Para tal, utiliza-se como orientação teórico-metodológica a Análise do Discurso de filiação pecheutiana e como principal materialidade discursiva a Base Nacional Comum Curricular. A escolha da BNCC justifica-se por tratar-se atualmente do principal documento orientador da política curricular no País. Ao longo do texto, defende-se a tese segundo a qual, tanto na BNCC como em outras políticas educacionais, a exemplo da reforma do Ensino Médio e dos livros didáticos voltados à sua implementação, a resiliência e o empreendedorismo transcende o lugar de temas de estudo e/ou possíveis práticas individuais, constituindo-se em eixos a partir dos quais deve-se estruturar a construção dos projetos de vida da juventude brasileira. Por fim, conclui-se que o discurso sobre resiliência e empreendedorismo procura naturalizar a ordem social vigente, na medida em que defende a submissão das perspectivas de futuro dos estudantes à lógica perversa da adaptação flexível, da autoempregabilidade e da resignação em uma sociedade estruturalmente injusta e desigual, como se essa fosse a única alternativa societária possível.

PALAVRAS-CHAVE: Resiliência. Empreendedorismo. BNCC. Naturalização. Análise do Discurso.

1 INTRODUÇÃO

Embora o termo empreendedorismo tenha surgido ainda no século XVII e faça parte da pauta dos organismos internacionais para a educação dos países em desenvolvimento desde o final dos anos 1990 (DIAS, 2019), no Brasil, somente a partir dos anos 2000 foram intensificadas medidas governamentais e teóricas na direção de fomentar uma práxis empreendedora no meio popular brasileiro.

Apesar das disputas clássicas e contemporâneas em torno do conceito de empreendedorismo, esse pode ser entendido, parafraseando Weber (2004), como “o

espírito do capitalismo”, tendo em vista tratar-se de uma forma de conduta econômica dita criativa e ousada na medida em que, supostamente orientada pelo desejo de sucesso, arrisca-se na criação constante de bens e/ou serviços a serem comercializados.

Atualmente, o tema do empreendedorismo, acompanhado da defesa psicológica da resiliência¹, ocupa lugar central no debate econômico e administrativo, nas coberturas jornalísticas e nas políticas educacionais, a exemplo da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Neste capítulo, por sua vez, objetivamos analisar a hegemonia do discurso de resiliência e empreendedorismo na política educacional brasileira contemporânea, problematizando seu efeito de naturalização da ordem social vigente na construção dos projetos de vida da juventude brasileira. A escolha da BNCC como materialidade discursiva justifica-se por tratar-se atualmente do principal documento orientador da política curricular no País, como destacado pelo então Ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva, na Apresentação do documento:

Com a **Base**, vamos garantir o **conjunto de aprendizagens essenciais** aos estudantes brasileiros, seu desenvolvimento integral por meio das dez competências gerais para a Educação Básica, apoiando as escolhas necessárias para a concretização dos seus **projetos de vida** e a continuidade dos estudos (SILVA, 2018, p. 5, grifos nossos).

Vejamos que, conforme o ministro, o que há de mais importante para ser aprendido na escolarização básica brasileira está garantido na BNCC. Esse discurso, portanto, toma partido na dubiedade semântica do lema/subtítulo do referido documento: “educação é a base”, sinalizando que mais do que educação é o alicerce da sociedade, o lema/subtítulo significa que o que não está na BNCC é porque não é fundamental para a educação.

Assim, diante da centralidade que ocupa a BNCC na condução da política curricular brasileira, analisaremos no presente capítulo o discurso sobre resiliência e empreendedorismo materializado na mesma e seus efeitos de naturalização da ordem social vigente. Discurso é entendido aqui, na esteira de Pêcheux (2014), como efeitos de sentidos produzidos pelos sujeitos em sua relação com a linguagem

¹ Importada da teoria psicológica como capacidade de sobressair-se face às adversidades, o conceito de resiliência tem ocupado lugar estratégico no discurso de defesa da ordem social vigente, na medida em que incentiva a resignação e a paciência para com fenômenos sociais injustos e opressivos.

e independente do seu grau de consciência ou tentativa de controle dos mesmos. Ou seja, para o autor, os sujeitos não recorrem às palavras e expressões para produzirem enunciados transparentes e unívocos, a partir da mobilização, do cruzamento e do controle dos significados linguísticos materializados nos signos; pelo contrário, para o filósofo francês, a língua, enquanto conjunto articulado de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, cumpre a função de materialidade sobre e a partir da qual se produz sentidos: “base comum de processos discursivos diferenciados” (PÊCHEUX, 2014, p. 81, grifos do autor).

Assim, na língua, predomina a universalidade, na medida em que uma mesma palavra é utilizada por sujeitos pertencentes a classes sociais diferentes e, por vezes, até antagônicas. No discurso, predominam as condições de produção que fazem com que uma determinada palavra, expressão ou enunciado signifique a partir do lugar sócio-histórico de onde fala o sujeito. Nesse sentido, como observa Cavalcante (2007, p. 35):

[...] não há, pois, discurso neutro ou inocente. Todo discurso é ideológico, uma vez que, ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica, e assim veicula valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa.

Esses valores, crenças e visões de mundo aos quais refere-se a autora constitui aquilo que Lukács (2013) chama de ideologia, no sentido de um conjunto de ideias, princípios, interesses e representações que cumpre a função social de operacionalizar a tomada de posição dos indivíduos, grupos e/ou classes frente aos conflitos e alternativas societárias em disputa. Enquanto tal, a ideologia é sempre articulada a um determinado projeto de sociedade, nutrindo-o e, ao mesmo tempo, revelando-o. É, portanto, na direção de identificar que projeto é esse que está presente no discurso de resiliência e empreendedorismo na política educacional brasileira contemporânea que seguiremos adiante.

2 RESILIÊNCIA E EMPREENDEDORISMO NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Antes de analisarmos o discurso sobre resiliência e empreendedorismo materializado BNCC, faz-se necessário compreendermos quais são as condições de

produção desse discurso, tendo em vista o papel central destas na configuração de sentidos. Segundo Orlandi (2007, p. 30), nessa categoria de análise podem ser consideradas: “as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”. Aqui, daremos prioridade ao contexto amplo, analisando os reflexos da crise do capitalismo contemporâneo no âmbito educacional, especialmente, na reorganização do Ensino Médio.

2.1 A BNCC E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO COMO RESPOSTAS NO CAMPO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS À EXIGÊNCIA NEOLIBERAL DE REORGANIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

É amplamente debatida no campo acadêmico a influência de organismos internacionais nas políticas educacionais do Estado brasileiro através de um discurso supostamente modernizador (CAVALCANTE, 2007). Esse discurso é focado na adequação da escola às exigências neoliberais de diminuição da responsabilidade estatal para com os direitos sociais e trabalhistas, na naturalização do capitalismo como forma de organização da vida social e na interpretação das desigualdades sociais e do desemprego como problemas individuais de talento ou má gestão dos recursos privados ou públicos.

Dias (2019), ao analisar a relação entre empreendedorismo, educação e sociabilidade, destaca que, desde o final dos anos 2000, documentos de organismos internacionais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU) já pautavam o empreendedorismo como uma atitude, uma habilidade social que a educação escolar deveria ajudar a desenvolver. Esse posicionamento, em última instância, já apontava na direção de individualização dos problemas societários e responsabilidade do sujeito por seu sucesso ou fracasso. Na perspectiva desses documentos, conforme a autora (2019, p. 179):

[...] Ser empreendedor implicaria sempre no correr riscos, assumindo as responsabilidades pelo sucesso e insucessos. O que não se apresenta de forma clara é que esta assunção de riscos e a responsabilização individual nada mais são do que uma forma que o discurso do empreendedorismo se vale, para criar uma sociabilidade, a qual as contradições do sistema capitalista não seriam mais resolvidas no âmbito macroeconômico, mas microeconômico, pelo menos no plano fenomênico.

Analisando as disputas em torno da elaboração da BNCC, Bittencourt (2017, p. 566) destaca: “[...] na arena da política curricular, venceram os agentes [...] que têm ditado os propósitos para a educação mundial por meio de políticas públicas de ordenação e regulação, que visam à obtenção de resultados”. Os agentes a que a autora se refere são: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Da primeira instituição a BNCC teria sofrido influência explícita tanto do **Glossário de Terminologia Curricular**², como também do documento **Educação para a Cidadania Global**, publicação na qual a Unesco condensa suas diretrizes acerca de uma educação mundial supostamente “[...] humanista, inclusiva, intercultural, baseada na sustentabilidade, na aprendizagem ao longo da vida, baseada em competências” (BITTENCOURT, 2017, p. 562). Já da OCDE, conforme a autora, a influência vem do documento **Competência global para um mundo inclusivo**³, no qual a Organização apresenta o que seriam as competências globais necessárias para que a educação mundial possa formar pessoas adaptadas às exigências do mundo contemporâneo.

Com relação à reforma do Ensino Médio, o Banco Mundial não apenas a elogiou, como também garantiu financiamento de 250 milhões de dólares para a sua implementação. Na avaliação do diretor do Banco para o Brasil, o senhor Martin Raiser, trata-se de uma “reforma educacional histórica” que o Organismo tem orgulho de apoiá-la, uma vez que a mesma “ajudará a reduzir as desigualdades existentes nos resultados educacionais e a construir o capital humano necessário para o crescimento inclusivo”⁴.

Assim, as políticas educacionais do Estado brasileiro, no interior das quais situam-se a BNCC e a Reforma do Ensino Médio, não podem ser analisadas de forma isolada, seja no que diz respeito às condições sócio-históricas nas quais se inserem, seja no tocante ao peso da influência internacional em sua concepção e desenvolvimento. Em ambos os casos, destaca-se o ideário neoliberal de conciliação de classes e a tentativa de se estabilizar um projeto societário de

² Publicação do Bureau Internacional de Educação (BIE) que, desde 1999, atua como um órgão especializado da Unesco voltado a questões como conteúdos educacionais, métodos e estratégias de ensino e desenvolvimento curricular.

³ Tradução livre nossa para o título original em inglês: **Global competency for an inclusive world**.

⁴ Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2017/12/14/brazil-program-for-results-supports-upper-secondary-education-reform>. Acesso em: 18 ago. 2018.

reconfiguração econômica da relação existente entre capital, trabalho e Estado no Brasil. Nesse contexto, como observam Castro, Gawryszewski e Dias (2022, p. 2):

O discurso do empreendedorismo [...] procura legitimar a integração dita harmoniosa entre trabalhador e mundo do trabalho precário. Essa compreensão, particular ao sistema do capital, não ignora que o trabalhador pode não assimilar esse discurso pacificamente e, premeditadamente, a própria sociabilidade do capital impõe a ele que se eduque para, enfim, integrar-se à precariedade. Nessa conjuntura é que se forjam fartos os projetos formativos, colocados em prática na educação escolar, bem como em outros processos formativos, com o intuito de formar jovens dotados de competências empreendedoras que procriem valor.

Conforme destacam os autores, é preciso fazer com que os próprios trabalhadores acreditem no discurso segundo o qual a causa essencial das mazelas sociais não tem relação alguma com a lógica econômica do Capital, que tem por base a divisão social em classes e a consequente exploração de um ser humano por outro. Para serem colaboradores, eles precisam acreditar que as desigualdades sociais resultam da incompetência individual ou estatal na criação e/ou oferta adequada de bens e serviços.

Nesse contexto, entende-se por que a resiliência e o empreendedorismo ocupam um lugar de destaque na formação escolar da juventude brasileira, especialmente, na elaboração de seus projetos de vida. É, portanto, no desvelamento desse discurso de naturalização da ordem social vigente que dedicaremos-nos na seção seguinte.

2.2 RESILIÊNCIA E EMPREENDEDORISMO COMO DISCURSO DE NATURALIZAÇÃO DA ORDEM SOCIAL VIGENTE

Resiliência e empreendedorismo são conceitos que aparecem, cada um, cinco vezes no texto da BNCC. A sua identificação foi realizada na versão digital do documento, através da utilização da ferramenta localizar, do software **Adobe Reader**. Os termos consultados foram: “resiliência” e “resiliente”, para o primeiro caso; e o radical “empreend”, para o segundo caso. Ao localizarmos a palavra consultada, imediatamente procedemos com a leitura do contexto no qual ela estava inserida para verificarmos como o seu uso operava a produção de sentidos.

A partir desse procedimento, pudemos constatar que das cinco vezes em que aparece a palavra resiliência no texto da BNCC, três delas refere-se a uma

qualidade do agir individual e/ou coletivo. Isso acontece no texto da competência geral n. 10 (p. 10), competência específica n. 8 da área Ciências da Natureza para o Ensino Fundamental (p. 324) e competência específica n. 7 da disciplina Geografia, também para o Ensino Fundamental. As duas outras aparições do verbete acontecem na página 14, relacionada a uma qualidade esperada dos cidadãos do mundo contemporâneo cujo cenário “[...] requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender [...]” (BRASIL, 2018, p. 14); e a outra na página 466, como uma atitude/capacidade promotora do empreendedorismo.

Apesar de somente na última aparição a palavra resiliência ter sido associada diretamente ao empreendedorismo, é possível afirmar que a conexão entre os dois conceitos está para além da expressão literal. Isto é, sendo o empreendedorismo compreendido, no bojo da BNCC, como: “[...] competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade” (BRASIL, p. 466), este não se faz sem resiliência, entendido como a capacidade de “tirar leite de pedra”, de “transformar limão em limonada”, de usar os obstáculos ao próprio favor.

As outras quatro vezes em que o empreendedorismo é tratado na BNCC é como uma postura, um comportamento, uma atitude (p. 466); citando em tom de concordância a concepção de empreendedorismo presente no inciso IV, art. 12, § 2º da Resolução CNE/CEB n. 3/2018) (p. 479); como solução para o cenário atual face às transformações que circundam o mundo do trabalho (p. 568); como uma das estratégias de identificação e combate aos diferentes tipos de desigualdade, preconceito e injustiça, tendo em vista ser um valor da sociedade contemporânea igual a liberdade, a cooperação, a autonomia, a convivência democrática e a solidariedade (p. 577).

Interessa-nos, aqui, analisar como o uso desses dois conceitos produz sentidos de naturalização da ordem social vigente. Portanto, a partir do mapeamento acima indicado, selecionamos da BNCC três sequências discursivas nas quais os verbetes se cruzam, possibilitando compreendê-los de forma mais clara do que quando aparecem isoladamente. Isso acontece quando o documento, ao tratar sobre o Ensino Médio em um mundo do trabalho por ele diagnosticado como “complexo e imprevisível”, destaca ser a finalidade de preparação escolar da juventude brasileira

nessa etapa educacional cumprida através do desenvolvimento de competências adaptativas e da autocriação de oportunidades. Respondendo às críticas de indução da Reforma do Ensino Médio à profissionalização precoce e precária da juventude e adequação da escola média às exigências imediatas do mercado de trabalho, argumenta o documento:

SD1 - [...] Ao contrário, supõe o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível, criando possibilidades para viabilizar seu projeto de vida e continuar aprendendo, de modo a ser capazes de se **adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores** (BRASIL, 2018, p. 465-466, grifos nossos).

Para isso, a escola deve, conforme o referido documento, adotar as seguintes medidas:

SD2 - proporcionar uma **cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros)**, entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à **empregabilidade** (BRASIL, 2018, p. 466, grifos nossos).

SD3 - prever o suporte aos jovens para que reconheçam suas **potencialidades e vocações**, identifiquem perspectivas e possibilidades, construam aspirações e metas de formação e inserção profissional presentes e/ou futuras, e **desenvolvam uma postura empreendedora**, ética e responsável para transitar no mundo do trabalho e na sociedade em geral (BNCC, p. 466, grifos nossos).

Como se vê nas sequências discursivas acima elencadas, o discurso da resiliência e do empreendedorismo materializado na BNCC advoga a preparação de sujeitos para a autorresponsabilização de seu projeto de vida, convocando-os à adaptação “com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (SD1); à “empregabilidade” (SD2) e ao desenvolvimento de “uma postura empreendedora” (SD3). Face ao diagnóstico de uma sociedade na qual há desemprego estrutural, precarização das condições de trabalho e concentração da riqueza, a BNCC opta por inculcar nos jovens estudantes, através do discurso de resiliência e empreendedorismo, que o mundo é assim mesmo e que cabe a cada um, a partir da sua capacidade de resistência e do seu talento individual, superar tais obstáculos.

É, portanto, nesse ponto que a BNCC e a Reforma do Ensino Médio se conectam como duas faces da mesma moeda. Vejamos se não é nessa direção que apontam as orientações oficiais para a produção de obras didáticas voltadas à implementação da reforma do Ensino Médio, dadas pelo consultor da **Diretoria de Articulação e Apoio às Redes de Educação Básica (DARE)**, do Ministério da Educação (MEC), o senhor João Rodrigues Quaresma Neto, em audiência pública sobre o PNLD 2021 com os representantes do mercado editorial:

SD4 - [...] Por que que **essa obra ela é tão [...] extraordinária?** [...] **Porque ela me ensina** duas coisas. Isso eu queria que vocês [...] tivessem muito atentos nisso. Ela me ensina a tal da **resiliência**, que a Base preconiza, no sentido de: eu preciso sonhar, mas eu preciso também ter pé no chão. E eu... **Caso o meu projeto de vida não dê certo eu preciso ter um plano B: tentar outra coisa.** E não me desesperar, **porque a vida é assim:** a vida é movimento, a vida é inconstância. Existem os imponderáveis da vida cotidiana. **E isso tem que tá (sic) nesse livro.** De: não, beleza, eu queria isso, mas eu não consigo, eu vou fazer outra coisa. Ou, não sei... É... **Eu queria fazer um curso superior, mas eu não tenho dinheiro para pagar. Então, eu vou fazer outro curso** que me... **Isso tudo é a construção de um [...] de um jovem resiliente**, ou seja, que é aquele que é capaz de sofrer um baque e levantar. Então, esses projetos, eles têm que ter planos B, planos C... E que tudo bem: tudo bem falhar, tudo bem mudar de rota... Mas a ideia de que você tenha entendimento de que **a frustração faz parte da vida** (QUARESMA NETO, 2019, online, 1h01min46seg a 1h02min27seg, grifos nossos).

Conforme orientado por Quaresma Neto às editoras, as obras didáticas Projeto de Vida, que são centrais no Novo Ensino Médio, devem auxiliar na construção de um jovem que consiga adaptar-se às mazelas da ordem social vigente como se elas fossem naturais e insuperáveis no plano social. Ao invés de problematizar as desigualdades de oportunidades e analisar criticamente os limites e as possibilidades individuais e coletivas no interior da sociedade capitalista, o discurso da resiliência e do empreendedorismo como alicerces dos projetos de vida tenta naturalizar a ordem social vigente, apresentando-a como a alternativa societária possível, cabendo aos jovens estudantes entender que sucesso e fracasso não apenas fazem parte da vida, como dependem apenas das escolhas individuais. Assim, como observam Castro, Gawryszewski e Dias (2022, p. 19, grifos dos autores):

Torna-se evidente a lógica do *aprender a se virar* em uma conjuntura difícil, de crise do capitalismo, na qual a juventude deve aprender paulatinamente a não se enxergar em sua condição de classe trabalhadora, para ver-se como empreendedora. Isso significa ter nas escolas conhecimentos subordinados às necessidades individuais de *geração de renda*, realizar

apenas *objetivos pessoais*, o que, por sua vez, obstrui sobremaneira qualquer possibilidade crítica à ordem social.

Pelo exposto, entendemos que o discurso da resiliência e do empreendedorismo materializado na BNCC, além de apelar ao pragmatismo do conhecimento e à subordinação do currículo às demandas individuais, reforça o individualismo e o imediatismo. Mais que isso: entendemos que ele busca naturalizar a ordem social vigente, tomando os jovens brasileiros como um grupo homogêneo de iguais e dando-lhes total responsabilidade pela construção de seu sucesso ou insucesso. Com isso, esse discurso tenta apagar a realidade de classes vivida pelas juventudes do Brasil no cotidiano social de cada uma, bem como os limites postos, por essa realidade, à ascensão social das mesmas.

Pensamos ser importante explicitar que, ao mencionarmos a realidade de classes, estamos apontando para relações sociais como as de gênero, de trabalho, de estudo, etc., às quais os jovens brasileiros estão submetidos e que geram uma limitação ao acesso a bens materiais, culturais e intelectuais por parte daqueles pertencentes à classe trabalhadora. Nesse sentido, destacamos que à medida que o discurso de resiliência e empreendedorismo, presente na Reforma do Ensino Médio e na BNCC, evidencia as potencialidades do sujeito individual com sua pseudocapacidade de se autodeterminar na história, ele silencia proporcionalmente a luta de classes, bem como os mecanismos de opressão e reprodução desse modelo antagônico de sociabilidade burguesa a serviço do Capital na sociedade brasileira.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse capítulo, procuramos demonstrar que o discurso de resiliência e empreendedorismo materializado na BNCC produz efeito de sentido de naturalização da ordem social vigente na construção dos projetos de vida da juventude brasileira.

Como destacamos em Melo e Santos (2022), entendemos ser importante reafirmar aqui que, por si só, não vemos problema na justa e necessária discussão, com os adolescentes e jovens estudantes, de seus anseios e perspectivas de futuro nem no reconhecimento do empreendedorismo e da resiliência como temas de estudo e/ou práticas de vida. O problema está na redução dos projetos de vida da

juventude brasileira à lógica perversa da adaptação flexível, da autoempregabilidade e da resignação em uma sociedade estruturalmente desigual, como se essa fosse a única alternativa possível. Neste sentido, concordamos com Castro, Gawryszewski e Dias (2022) que,

Por óbvio, estamos cientes de que as iniciativas empreendedoras não só têm origem pela burguesia, como são apoiadas por expressivo segmento da classe trabalhadora, até porque existe uma base material que permite sustentar que um contingente significativo da população garante a sua subsistência a partir de empreendimentos próprios. Aqui, contestamos que o empreendedorismo seja o horizonte para garantir um futuro mais próspero economicamente àqueles que vivem da sua própria força de trabalho, e que também seja capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico do capitalismo dependente brasileiro (CASTRO, GAWRYSZEWSKI, DIAS, 2022, p. 10).

Noutras palavras: o que problematizamos, nesse capítulo, é o discurso de naturalização da ordem social vigente materializado na BNCC e na reforma do Ensino Médio como se não existisse possibilidade de vida para além da resiliência e do empreendedorismo. E esse trabalho de desvelamento e contestação dos discursos hegemônicos no âmbito das políticas educacionais é, a nosso ver, uma das formas de luta e construção de sentidos para além do Capital.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 de fevereiro de 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

CASTRO, M. R; GAWRYSZEWSKI, B.; DIAS, C.A. A ideologia do empreendedorismo na reforma do Ensino Médio brasileiro. **Revista Trabalho Necessário**, v.20, n. 42, maio–ago 2022.

CAVALCANTE, M.S.A.O. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira**: o simulacro de um discurso modernizador. Maceió: Edufal, 2007.

BITTENCOURT, J. A Base Nacional Comum Curricular: uma análise a partir do ciclo de políticas. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 14, 2017, Curitiba. **Anais eletrônicos** [...]. Curitiba: PUC-PR, CIERS-ed, FCC, 2017. p. 553-569.

DIAS, G.P. **Empreendedorismo, educação e sociabilidade**: a reprodução do indivíduo como sócio majoritário de si. 2019. 567 f. Tese (Doutorado em Educação)

– Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora, 2019.

LUKÁCS, G. O ideal e a ideologia. *In*: LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 355-575.

MELO, V.; SANTOS, L.A. A (in)adequação da formação acadêmica dos autores das obras do objeto 1 do PNLD 2021 aos componentes curriculares do Ensino Médio. **Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS**, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2022.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

QUARESMA NETO, J. R. **Audiência Pública PNLD 2021**. Brasília, 03 de outubro de 2019. Publicado pelo canal FNDE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SriWT2O3s3Q>. Acesso em: 26 maio 2021.

SILVA, R.S. Apresentação. *In*: BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2018, p. 5.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.